

ACTA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A
30 DE SETEMBRO DE 2010

ACTA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA A 30 DE SETEMBRO DE 2010

No dia trinta de Setembro do ano de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas, no salão da Junta de Freguesia de Aguiar, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho em sessão ordinária.

Os pontos constantes da ordem de trabalhos foram os seguintes:

- 1)** Proposta de aprovação da acta em minuta;
- 2)** Apreciação de informação escrita sobre a actividade da Câmara;
- 3)** Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Turismo Sénior em parceria com a Fundação INATEL;
- 4)** Pedido de autorização para contratação de empréstimo de M/L prazo até ao montante de 500.00,00 €, junto do Banco Santander Totta (Remodelação do Estaleiro Municipal de Viana do Alentejo);
- 5)** Pedido de autorização para contratação de empréstimo de M/L prazo até ao montante de 1.100.000,00 €, junto ao Banco Santander Totta (Centro Escolar de Viana do Alentejo);
- 6)** Proposta de fixação das taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI);
- 7)** Proposta de fixação da participação variável do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial;
- 8)** Proposta de lançamento de derrama;
- 9)** Proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP);
- 10)** Proposta de alteração ao Regulamento de Apoio Financeiro às Modalidades Desportivas;
- 11)** Proposta de alteração ao Regulamento de Apoio Financeiro às Actividades Culturais;
- 12)** Proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e procedeu de imediato à verificação das presenças. Estiveram presentes os seguintes membros:

- António João Coelho de Sousa, que presidiu;
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de primeiro secretário;
- Zélia Maria Mira Valério, na qualidade de segundo secretário;
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro;
- Bruno Miguel Pintado Pinto;
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes;
- José Luís Potes Pacheco;
- Marcos Júlio Calado Caleiro;
- João Henrique Carracha Garcia;
- Rui Manuel Pires Penetra;
- Jacinto Manuel Sacristão Valente;
- João Manuel Sim Sim Rosado;
- Joaquim Rodolfo Viegas, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo;

- José Francisco Seco Rato, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar.

Verificaram-se as faltas dos membros:

- Vera Lúcia Calca Bonito Cardoso;
- Rui Alexandre Graça Dias;
- Francisco Aquilino Chibeles Mestre;
- Sara Cristina Cupido Grou Sim Sim Pajote, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas.

Em representação da Câmara Municipal esteve o senhor Presidente, tendo estado também presentes os senhores Vereadores João António Merca Pereira, Paulo José Cachola Manzoupo e José Jacinto Bento Grave.

A mesa justificou por unanimidade a falta do membro Vera Lúcia Calca Bonito Cardoso, mediante votação por escrutínio secreto, à sessão ordinária de 25 de Junho de 2010.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de “antes da ordem do dia”, tendo posto a votação a acta relativa à sessão ordinária de 25 de Junho de 2010, a qual foi aprovada com as abstenções dos membros João Garcia, Rui Penetra e Zélia Valério.

Não havendo questões no período de antes da ordem do dia nem intervenções do público, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão dos pontos constantes da ordem de trabalhos.

Primeiro ponto) Proposta de aprovação da acta em minuta – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a acta em minuta no final da sessão.

Segundo ponto) Apreciação de informação escrita sobre a actividade da Câmara

O membro Rui Penetra referiu que tendo sido realizadas reuniões com a empresa Águas Públicas do Alentejo, perguntou, quanto ao processo de transferência das águas, se ainda há algumas afinações a fazer e em caso afirmativo, quais? Perguntou também este membro, em relação à autorização de prorrogação do prazo da empreitada de Remodelação do Estaleiro Municipal de Viana, o que esteve na origem do pedido. Perguntou ainda este membro, em relação à alteração ao projecto do Centro Escolar de Viana, no tocante ao ar condicionado, que alterações foram estas concretamente.

O senhor Presidente da Câmara referiu, em relação ao processo da transferência das águas, que ainda há algumas afinações a fazer resultantes, em sua opinião, de uma deficiente preparação e negociação dos contratos, quer por parte das Águas Públicas do Alentejo (Agda) quer por parte dos Municípios. Adiantou o senhor Presidente que quanto mais informação possuir sobre este assunto mais fica com a ideia que determinados aspectos deveriam ter sido melhor esclarecidos antes da assinatura dos contratos, nomeadamente o valor das rendas a pagar pela Agda aos Municípios pela utilização das infra-estruturas. Por outro lado e numa perspectiva mais operacional, a questão da colocação de contadores nos

locais apropriados constitui outra afinação a realizar até ao final do ano de 2010. Quanto à prorrogação do prazo da empreitada do Estaleiro, referiu o senhor Presidente que os vários pedidos de prorrogação justificam-se, para além do mau tempo que se verificou no inverno passado, nas dificuldades financeiras e consequentemente operacionais, apresentadas pelo empreiteiro no decorrer da obra. Quanto às alterações ao projecto do Centro Escolar o senhor Presidente referiu que as mesmas se referem ao ar condicionado, uma vez que o anterior não previa a componente de arrefecimento.

O membro João Garcia, também em relação à prorrogação do prazo da empreitada do Estaleiro de Viana, perguntou o que pretende a Câmara fazer quando este prazo for ultrapassado.

O senhor Presidente respondeu que o executivo acompanhará a evolução da obra, não deixando se tomar as medidas que julgar mais adequadas.

O membro José Luis Pacheco referiu, em relação às Águas Públicas do Alentejo, que os membros do PS votaram contra na altura da aprovação do contrato de parceria, por não lhe terem sido esclarecidas algumas questões relacionadas com este assunto de extrema importância motivado pela ausência do senhor Presidente da Câmara na Assembleia em que o referido contrato foi presente, nomeadamente de qual seria o custo a pagar de renda e pela água. Referiu que se chegou agora à conclusão que foi tudo feito em cima do joelho, só agora se começando a saber concretamente o preço real da água.

Quanto à obra do Estaleiro de Viana referiu este membro que a mesma foi adjudicada à proposta de mais baixo preço, tendo o empreiteiro apresentado na altura toda a documentação exigida por lei para a celebração do respectivo contrato. Agora, ao que parece, a empresa adjudicatária está com algumas dificuldades financeiras e consequentemente com dificuldades em cumprir o calendário.

O membro João Garcia, em relação às águas, referiu que quando a Câmara recorreu à captação da barragem de Alvito para o abastecimento público, foi quase obrigatório aderir a este sistema, uma vez que a água dos furos era insuficiente, situação idêntica se passa agora com a adesão às Águas Públicas do Alentejo.

Terceiro ponto) Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Turismo Sénior em parceria com a Fundação INATEL – O senhor Presidente da Câmara apresentou as alterações a introduzir no Regulamento Municipal de Turismo Sénior em parceria com a Fundação INATEL, não se tendo verificado qualquer pedido de esclarecimento. Esta proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Quarto ponto) Pedido de autorização para contratação de empréstimo de M/L prazo até ao montante de 500.000,00 €, junto do Banco Santander Totta (Remodelação do Estaleiro Municipal de Viana do Alentejo) – O senhor Presidente da Câmara fez a explicação da necessidade da contratação deste empréstimo.

O membro João Garcia, em relação à obra a que este empréstimo se destina, perguntou quais os valores já pagos e por pagar.

O senhor Presidente da Câmara respondeu que já foram pagos cerca de 1/3 do valor da obra.

Este pedido de autorização para contratação de empréstimo foi aprovado por unanimidade.

Quinto ponto) Pedido de autorização para contratação de empréstimo de M/L prazo até ao montante de 1.100.000,00 €, junto do Banco Santander Totta (Centro Escolar de Viana do Alentejo) – O senhor Presidente da Câmara fez igualmente a explicação da necessidade da contratação deste empréstimo.

O membro Rui Penetra, em relação a este pedido de empréstimo, perguntou se o projecto da obra a que o mesmo se destina já está candidatado aos Fundos Comunitários e se vai ser financiado.

O senhor Presidente da Câmara respondeu que sim, está candidato e que a taxa de financiamento será de 80%.

Este pedido de autorização para contratação de empréstimo foi aprovado por unanimidade.

Sexto ponto) Proposta de fixação das taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) – O senhor Presidente da Câmara apresentou a proposta de fixação das taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis, nos termos do artigo 112.º do Código do referido imposto. Referiu que a taxa a aplicar aos prédios urbanos poderá variar entre 0,4% e 0,7% e a proposta agora apresentada é de 0,6%. Quanto aos prédios urbanos avaliados a taxa a aplicar poderá variar entre 0,2% e 0,4%, sendo a proposta agora apresentada de 0,3%. Adiantou ainda o senhor Presidente que as taxas agora propostas são as que vinham sendo aplicadas de mandatos anteriores.

Votada a proposta de fixação das taxas do IMI, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Sétimo ponto) Proposta de fixação da participação variável do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial – O senhor Presidente da Câmara apresentou igualmente a proposta de fixação da participação variável do Município no IRS, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), a qual é de 5% (percentagem máxima prevista), tendo referido que esta percentagem é a que vinha sendo igualmente aplicada de mandatos anteriores.

Votada a proposta de fixação da participação variável no IRS em 5%, foi a mesma aprovada com a abstenção do membro José Luis Pacheco.

Oitavo ponto) Proposta de lançamento de derrama – O senhor Presidente da Câmara apresentou a proposta de lançamento de Derrama na percentagem de 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, que corresponda à proporção do rendimento gerado nesta área geográfica por sujeitos passivos aqui residentes que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesta área geográfica. A receita proveniente da derrama destina-se a reforçar a capacidade financeira do Município. Referiu o senhor Presidente que esta percentagem era igualmente a que vinha sendo aplicada neste Município.

Votada a proposta de lançamento da Derrama na percentagem de 1% foi a mesma aprovada com a abstenção do membro José Luis Pacheco.

Nono ponto) **Proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)** – O senhor Presidente da Câmara apresentou a proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a qual, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, é de 0,25% a aplicar às facturas emitidas pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município. O senhor Presidente voltou a referir que a percentagem agora proposta é a que já vem sendo aplicada neste Município.

Votada a proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem na percentagem de 0,25% foi a mesma aprovada por unanimidade.

Décimo ponto) **Proposta de alteração ao Regulamento de Apoio Financeiro às Modalidades Desportivas** – O senhor Presidente da Câmara fez o enquadramento das alterações propostas no Regulamento de Apoio Financeiro às Modalidades Desportivas. Referiu que, tendo em conta a conjuntura actual no que se refere à contenção de custos, o que se propõe com estas alterações é uma ligeira redução nas transferências para os agentes desportivos.

O membro João Rosado perguntou em que se basearam as reduções a atribuir a cada atleta.

O senhor Presidente respondeu que se tratou de pequenos ajustes a todos os valores constantes no Regulamento.

O membro João Garcia perguntou qual a previsão de custos, resultantes das alterações agora propostas.

O senhor Presidente respondeu que o que se pretende é uma redução média global de 10 a 15%.

O membro João Rosado perguntou se não há regras para apoiar as Associações com sede própria, em relação às que não possuem sede.

O senhor Presidente respondeu que nesta alteração ao Regulamento tal situação ainda não ficou prevista. No entanto referiu que os Regulamentos devem ser dinâmicos e devem ser periodicamente melhorados através das propostas e contributos de todos os agentes e intervenientes.

O membro Nuno Grave referiu, em relação às Associações, que todos nós sabemos o valor que as mesmas representam para o concelho, a quais proporcionam uma vida cívica activa dos cidadãos. No entanto, a política que foi instalada pela Autarquia nos últimos anos levou a que as mesmas Associações, na generalidade, se acomodassem na realização dos seus eventos, ficando dependentes unicamente das receitas provenientes do Município. Em seu entender, as Associações não podem estar sempre dependentes da Autarquia, pelo que acha que deveria haver um envolvimento de todas as Associações, quer sejam desportivas ou culturais, para que se estruturassem, debatessem este problema e tentar alterar este procedimento.

Votada a proposta de alteração ao Regulamento de Apoio Financeiro às Modalidades Desportivas, foi a mesma aprovada com os votos contra dos membros João Garcia, Rui Penetra, João Rosado e Jacinto Valente e com a abstenção do membro José Rato.

Décimo primeiro ponto) **Proposta de alteração ao Regulamento de Apoio Financeiro às Actividades Culturais** – O senhor Presidente da Câmara fez igualmente o enquadramento das alterações propostas no Regulamento de Apoio Financeiro às Actividades Culturais, tendo referido os mesmos motivos do anterior.

Dado não ter havido qualquer intervenção de nenhum membro, foi votada a proposta de alteração a este Regulamento tendo a mesma sido aprovada com os votos contra dos membros João Garcia, Rui Penetra, João Rosado e Jacinto Valente e a abstenção do membro José Rato.

Décimo segundo ponto) **Proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo** – O senhor Presidente da Câmara fez o enquadramento das alterações propostas ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo.

O membro João Antunes, em relação a este assunto, referiu que o Regulamento aprovado pelo anterior executivo da CDU é, na sua opinião, bizarro. Referiu não ser possível dar tudo a toda a gente, independentemente se precisam ou não, que é necessário existir um critério de justiça social para gerir melhor os recursos financeiros do Município de modo a canalizar apoios para as necessidades efectivas e reais das pessoas e território. No seu ponto de vista, a atribuição de bolsas deve estar dependente do aproveitamento académico mas não estar desligada do rendimento económico das famílias, adiantando que não é igual um aluno de um agregado familiar de baixo extracto económico-social e um aluno de uma família abastada com muito mais oportunidades de acesso a livros, computadores, ligação à internet, hábitos culturais, visitas a museus, etc. Referiu não lhe parecer justo estarmos todos a financiar, pobres e ricos, para depois a Câmara contribuir através de bolsas para alunos cuja família tenha rendimento mensal muito elevado, considerando isto altamente injusto. Referiu também que, por outro lado, a diferenciação pelo mérito e a promoção de hábitos de trabalho e esforço devem ser compensados, fazendo neste sentido toda a diferença incentivar a excelência e premiar os alunos que se destaquem inter-pares, isto depois de assegurar igualdade de oportunidades àqueles que mais precisam de apoio. Disse ainda o membro João Antunes deixar uma recomendação para o futuro: Referiu entender que no concelho deverão passar a existir dois tipos de bolsas diferentes: - Por um lado, as bolsas de estudo mais ou menos como as conhecemos mas com a introdução do factor do rendimento económico por pessoa do agregado familiar e mantendo a necessidade de aproveitamento escolar; - Por outro lado, a criação de uma bolsa de mérito académico para os alunos do concelho que obtenham resultados académicos e notas elevadas durante a frequência dos respectivos estudos.

O senhor Presidente da Assembleia referiu concordar com a recomendação do membro João Antunes, ou seja, a existência da Bolsa de Mérito e da Bolsa Social.

Assim foi a alteração ao Regulamento de atribuição das Bolsas de Estudo posta a votação, a qual foi aprovada com as abstenções dos membros Rui Penetra, João Garcia, José Rato e João Rosado.

Terminada a “ordem do dia” e nos termos do n.º 4 do artigo 44.º do Regimento, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período para a intervenção do público.

O membro João Rosado disse que a água no seu bairro está com pouca pressão e também que os miúdos têm tomado banho no Pavilhão com água fria. Perguntou quais as causas.

O senhor Presidente respondeu que, em relação à pressão da água já comunicou o facto às Águas Públicas do Alentejo, estando a situação a ser estudada e acompanhada. Quanto ao Pavilhão referiu não ter conhecimento da situação, pelo que irá verificar o que se passa junto dos Serviços da Câmara.

Também o membro José Rato referiu não ter visto qualquer edital a publicitar esta Assembleia. Perguntou se não foram distribuídos.

O senhor Presidente referiu que os serviços têm instruções para a afixação dos editais. Se desta vez não o fizeram desconhece a razão.

O senhor Francisco Cardoso, que estava presente e a secretariar esta sessão, referiu que o procedimento da distribuição dos editais foi igual a todas as outras vezes, ou seja, foram entregues ao senhor Fiscal Municipal para que procedesse à sua afixação nos diversos locais públicos do concelho.

Perguntou também o membro José Rato se a máquina de lavagem dos contentores está avariada, uma vez que os contentores não têm sido lavados.

Perguntou ainda este membro qual a previsão para o acabamento da obra do Cemitério.

Referiu-se também este membro às obras realizadas no campo de futebol de Aguiar, as quais vão dar problemas por não haver escoamento exterior para as águas pluviais.

Em relação à máquina de lavagem dos contentores, o senhor Vereador Paulo Manzoupo respondeu que efectivamente a mesma está avariada.

Em relação às obras do cemitério e do campo de futebol, o senhor Presidente respondeu que, no que diz respeito aos acabamentos no Cemitério, irá incluir nas tarefas a realizar ou pelo menos a iniciar ainda em 2010. Quanto às obras junto ao campo de futebol, tanto quanto julga saber não irão prejudicar o referido escoamento. Referiu que poderá é ter de equacionar-se a forma de realizar esse escoamento, o qual deverá ser feito, eventualmente por dentro do recinto junto ao campo de futebol.

O membro João Antunes, em relação à divulgação dos editais e das actas da Assembleia Municipal e da Câmara, entende que foram feitos avanços muito positivos. Referiu que a informação é colocada na página electrónica do Município e está praticamente toda disponível e actualizada aos cidadãos em formato electrónico. Adiantou que essa informação deve estar afixada nos locais habituais em papel, uma vez que um formato não substitui o outro, devendo coexistir em complementaridade tanto em formato físico como electrónico.

A senhora D. Rosinda Gaio, em relação à recolha do lixo, referiu que a mesma era feita todos os dias e agora não o é. Perguntou porque?

Também esta munícipe perguntou o que falta para que as casas de banho fiquem concluídas.

Em relação à recolha do lixo, o senhor Vereador Paulo Manzoupo referiu não saber porque não foi feita a recolha como é hábito, indo analisar o que se passou. Este mesmo Vereador referiu que foram adquiridos recentemente mais 15 contentores para recolha de lixo doméstico.

O membro João Garcia referiu ter conhecimento que em Viana também há reclamações sobre a recolha do lixo. Referiu também este membro que o senhor Presidente da Câmara, há uns tempos atrás, apresentou uma carta da entidade competente em como a obra do Posto da G.N.R. de Viana ia avançar e até hoje não se viu nada.

O senhor Presidente da Câmara referiu que não era uma carta mas sim um mapa do Ministério da Administração Interna no qual constava uma intervenção no Quartel de Viana do Alentejo, no ano de 2010.

O membro João Garcia sugeriu que a Assembleia escolha dois ou três elementos para acompanharem o senhor Presidente às Instituições competentes, pressionando para a realização da obra.

O senhor Presidente da Assembleia referiu que, em sua opinião, não é necessária a escolha desses elementos, tendo sugerido que, mesmo a Câmara sendo da mesma cor política que o Governo, não se deve retrair de fazer pressão no sentido da realização da obra.

O senhor Presidente da Câmara respondeu que a Câmara tem feito essa pressão junto das entidades competentes, nomeadamente através do envio de ofícios, quer para a G.N.R., quer para o Ministério da Administração Interna. No entanto, também referiu que não está ao seu alcance obrigar essas entidades a realizar a obra, como ele gostaria.

O membro José Luis Pacheco disse que, em relação às Casas de Banho, as mesmas não são da responsabilidade da Câmara mas sim das Juntas de Freguesia, pelo que serão as mesmas a responder por elas.

Em relação à limpeza dos contentores, referiu este membro que a mesma não tem sido feita na maioria dos Municípios associados da AMCAL, motivada pela avaria do equipamento de lavagem, o que se está a tentar resolver com a celeridade possível.

Também em relação à limpeza urbana, disse este membro ter ficado bastante decepcionado quando, há pouco tempo se deslocou ao bairro novo de Aguiar, o qual se encontrava bastante sujo, nomeadamente com sujidade dos cães. No entanto, adiantou que não se deve imputar apenas a responsabilidade a quem limpa mas também a quem suja.

O membro José Rato, Presidente da Junta, referiu ter apenas quatro pessoas para o serviço exterior, não podendo estar todas na limpeza urbana uma vez que a rega também tem de ser feita.

O membro Jacinto Valente, em relação à recolha do lixo, referiu que os contentores não foram despejados mas o carro passou por lá, não percebendo porque?

O membro José Luis Pacheco referiu que a recolha do lixo tem percursos distintos, o que leva a que, nalgumas zonas, não seja tirado todos os dias.

O município Martinho Pão Mole, em relação às Casas de Banho que foram construídas em Viana, junto ao Castelo, perguntou o que falta para a sua conclusão, tendo o senhor Presidente da Junta de Viana respondido que falta apenas a pintura e mudar pequenas coisas nas portas. Referiu que o atraso foi motivado pela EDP, com a ligação da electricidade, o que só aconteceu a semana passada, estando agora para breve a sua conclusão.

O membro João Antunes, em relação à limpeza urbana, referiu que é essencial o Município manter as suas ruas limpas e proceder eficientemente à

recolha do lixo. Sobre a situação de não ter sido feita a recolha do lixo em alguns locais referiu que importa tentar perceber junto dos trabalhadores porque é que isso aconteceu? Seria por falta de recursos e meios disponíveis, por desleixo, esquecimento ou incompetência? Adiantou que talvez fosse pertinente abrir um processo de inquérito para compreender a causa desta situação que prejudica a qualidade de vida quando está em causa a saúde pública. Em relação à saúde pública deu o exemplo de uma família residente em Aguiar que tinha alguns cães no quintal e não cuidavam deles como era seu dever prejudicando as pessoas residentes em seu redor. Referiu que deveria haver educação por parte dos cidadãos, crianças e jovens para hábitos de civismo, educação ambiental e cidadania numa vida saudável em sociedade. Referiu também o membro João Antunes a recolha dos óleos alimentares nas três freguesias do concelho como uma boa prática.

O senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão às vinte e três horas e quinze minutos, tendo sido aprovada por unanimidade a minuta relativa à presente acta.

Aprovada a 20 de Dezembro de 2010.

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
